

Críticos condenam cortes e baixos salários

Partidos de oposição e entidades da sociedade civil também desaprovam "tendência à privatização"

SIMONE BIEHLER MATEOS

Partidos de oposição e entidades da sociedade civil criticam o corte de verbas, a redução do quadro de pessoal e os baixos salários da rede estadual de saúde, que teriam provocado o sucataamento da estrutura de atendimento básico. Os mesmos críticos condenam também o que consideram uma "tendência à privatização da saúde pública" presente na política desenvolvida pelo governo do Estado de São Paulo.

Duas vertentes de iniciativas motivam essa última acusação. De um lado, a reserva de leitos nos hospitais públicos para o atendimento de pacientes de convênios e seguros privados, que enfrentam filas menores e recebem atendimento diferenciado. De outro, são criticadas as parcerias feitas pelo governo com entidades privadas (organizações sociais ou filantrópicas), às quais foi delegada a administração de todos os hospitais estaduais que vêm sendo inaugurados.

"Não temos, em princípio, nada contra parcerias com o setor privado, mas deveriam ter-se estabelecido mecanismos de controle social sobre essas administrações, como existem nas várias instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos planos de ação são traçados pelos conselhos municipais, estaduais e federal de saúde", critica Naelson Correa Guimarães, representante do Movimento Popular de Saúde (MPS) no Conselho Estadual de Saúde (CES).

Controle social – O presidente da Associação Paulista de Saúde Pública, Paulo Capucci, também membro do CES, corrobora a crítica: "Ao não exigir controle social, a lei que normatiza essas parcerias, assim como a que estabelece o Plano de Atendimento à Saúde (PAS), colide com a legislação do SUS."

Boa parte dos representantes da sociedade civil com assento no CES defendem que todas as parcerias deveriam ser submetidas à aprovação desse conselho. "Não duvidamos da honestidade do governo e até achamos que escolheu bem os parceiros, mas amanhã a situação pode ser outra, por isso é essencial garantir um controle social dessas parcerias", argumenta Guimarães.

Entre as entidades que estão assumindo a administração desses novos hospitais públicos estão a Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Medicina), o Serviço Social da Indústria da Construção Civil,

a Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e congregações religiosas como as que administram os Hospitais Santa Catarina e Santa Marcelina.

O Projeto Qualis, com o qual o governo estadual levou médicos de família a 250 mil pessoas das zonas leste e norte da capital, embora seja elogiado até pelos opositores da gestão Covas, é criticado pelo fato de ser administrado por entidades privadas, por meio

de parcerias.

As justificativas apresentadas pelo secretário de Estado da Saúde, José da Silva Guedes, para as parcerias são simples e não passam por nenhuma crença na

maior competência do setor privado para administrar hospitais. "O Estado já destina 62% de sua arrecadação para folha de pagamento, a lei só permite um máximo de 60%, e os 11 hospitais novos vão precisar de cerca de 17 mil funcionários", explica o secretário.

A críticas dos representantes do CES são essencialmente as mesmas feitas pela Comissão de Saúde do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa. João Palma, assessor da comissão, admite que o governo Covas herdou uma estrutura de saúde desmantelada pelos governos anteriores, sobretudo na área da saúde preventiva.

Segundo ele, os centros de saúde, que tradicionalmente se dedicavam ao controle de doenças e desnutrição, realização de pré-natal e outros atendimentos básicos preventivos, haviam sido transforma-

dos em ambulatórios da pior qualidade, voltados apenas para o atendimento sintomático. "O problema é que, com o corte de verbas e de pessoal que promoveu, a administração Covas não conseguiu reverter essa situação", avalia Palma.

Para o PT, a política orçamentária e de recursos humanos posta em prática nos últimos quatro anos na área de saúde foi um desastre. "O plano de demissões voluntárias, o arrocho salarial e a não reposição dos funcionários que saíram esvaziaram a estrutura da saúde, que perdeu sobretudo o pessoal mais qualificado", diz Palma.

"A remuneração no Estado é, na média, metade da que se pode obter no mercado, por isso faltam médicos e enfermeiros em quase todas as unidades da periferia", concorda o médico e deputado estadual do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Jamil Murad, repetindo crítica constante entre os membros da CES. "Nas raras vezes em que fez concurso para contratar funcionários, em alguns casos, a Secretaria da Saúde não conseguiu candidatos suficientes para as vagas, em função dos baixos salários oferecidos", acrescenta Murad.

O deputado lembra ainda que, aos cortes de pessoal realizados na Superintendência para o Controle de Endemias (Sucen), sucederam-se as epidemias de sarampo e dengue. O Estado apresenta hoje quase 3 mil casos novos ao ano de hanseníase.

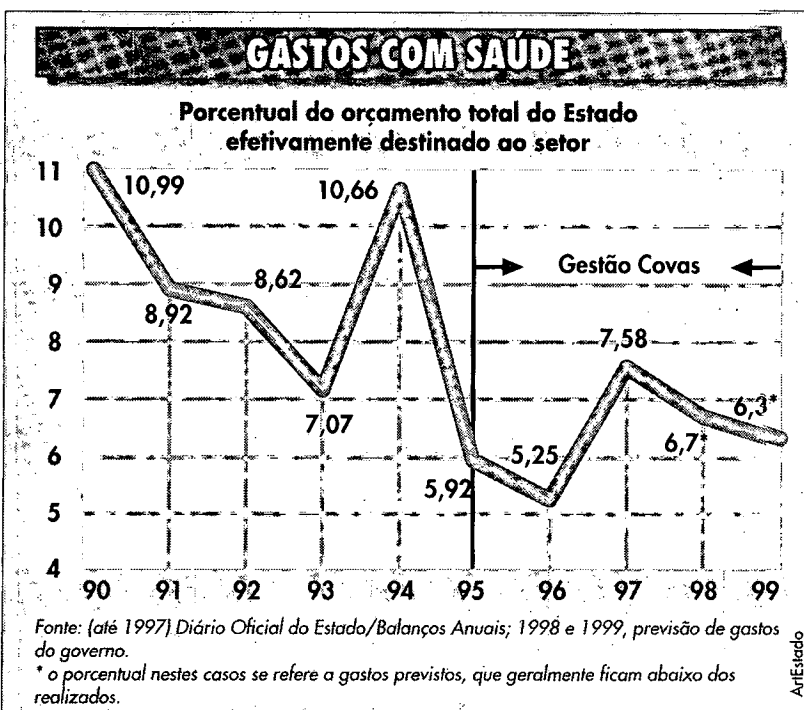
Cargos vagos – Nos quatro anos do governo Covas, foram eliminados cerca de 10 mil dos 80 mil funcionários que trabalhavam vinculados à Secretaria de Estado da Saúde. O número, somado ao de trabalhadores que saíram e não foram repostos nos governos anteriores, soma um total de 27 mil cargos vagos.

Essas "vagas", entretanto, são questionadas pelo secretário: "A estrutura estava inchada em muitos setores, embora outros tivessem falta de pessoal; só enxugamos ou deixamos de repor quando não era necessário." Guedes alega também que a defasagem salarial já foi em grande parte superada entre os médicos e que a secretaria pretende criar em breve um plano de reajustes para o pessoal de enfermagem.

Outra das principais críticas feitas por entidades e partidos de oposição à atual política de saúde é a reserva de leitos de hospitais públicos para pacientes de convênios.

No caso do Hospital das Clínicas de São Paulo, dependendo da unidade, essa reserva pode chegar a comprometer de 3% a 20% (caso do Instituto do Coração) dos leitos. É a chamada "fila dupla", mais breve e com serviço diferenciado para os que pagam: "Essas iniciativas ferem o princípio de igualdade e universalidade que a Constituição consagrou como norteadores do serviço público de saúde", critica Guimarães.

BALANÇO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL	
Gestão Mário Covas	
Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
■ Inauguração de 11 novos hospitais e ampliação dos existentes que terá criado, até o ano que vem, mais de 4.380 novos leitos	● Redução das verbas estaduais destinadas à saúde
■ O Estado triplicou sua produção própria de medicamentos	● Redução de pessoal na área e defasagem salarial
■ Municipalização avançou muito no interior	● Municipalização não avançou na região metropolitana
■ Duplicação do número de pacientes que fazem hemodiálise com queda da mortalidade de 20% para 15%	● Terceirização do serviço: novos hospitais estão sendo administrados em parceria com o setor privado, sem controle social
■ Probidade e eficiência administrativa, com boas escolhas de parceiros	● Alocação de recursos privilegiando convênios diretos, em detrimento dos repasses de verbas aos municípios
■ Ter conseguido compensar parcialmente serviços que deixaram de ser prestados pela rede pública municipal da capital	● Reserva de leitos de hospitais públicos a pacientes do setor privado, que recebem atendimento diferenciado



ESTRUTURA FOI DESMANTELADA EM GOVERNOS ANTERIORES